

26 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Biodireito: evolução relevante com os Enunciados do Conselho Nacional de Justiça

ARTIGO

DANIELA XAVIER ARTICO DE CASTRO, advogada pós-graduada em Direito Tributário Material e Processual, especialista em Direito Contratual e atuante nas áreas de Direito Médico e Saúde Suplementar.

O Conselho Nacional de Justiça publicou recentemente 45 Enunciados, frutos da I Jornada de Direito da Saúde. Os Enunciados, apesar de não terem efeito vinculante, possuem grande autoridade doutrinária, servindo de referência interpretativa, gerando uniformização e celeridade nas decisões, fatores estes essenciais para que a justiça seja alcançada. Com a vinda desses Enunciados, a comunidade jurídica terá grande auxílio na interpretação dos casos que envolvam os temas relacionados ao Direito da Saúde. O uso de Enunciados como fundamento de decisões judiciais já é amplamente utilizado. Em recente julgamento sobre o "direito ao esquecimento", o Superior Tribunal de Justiça utilizou-se de um Enunciado para construção da fundamentação dos Recursos Especiais nº 1.335.153 e 1.334.097, comprovando a pertinência e aplicabilidade dos Enunciados nos casos concretos.

O conteúdo dos Enunciados de Biodireito traduzem uma evolução para os que buscam a solução de seus conflitos, e veem nas mãos dos magistrados a importante missão de decisão de direitos personalíssimos, como é o caso dos Enunciados 42 e 43, que estabelecem que a cirurgia de transgenitalização é dispensável para a retificação de nome e sexo jurídico junto ao registro civil. Basta, portanto, que o indivíduo comprove incongruência entre a identidade determinada pela anatomia de nascimento com a identidade sentida, não sendo a cirurgia condição essencial para a mudança de sexo civilmente.

Dos nove Enunciados sobre Biodireito, quatro se referem à "reprodução assistida", tema de grande relevância para a sociedade, que tem tido maior acesso a esse tipo de tratamento; consequentemente, a probabilidade de conflitos nessa seara cresce na mesma proporção. A ciência médica e a tecnologia evoluem mais rapidamente que o Direito, de modo que questões relacionadas à reprodução assistida acabam sendo julgadas com base na analogia, nos princípios gerais do Direito e em Resoluções do Conselho Federal de Medicina. Nesse contexto, os Enunciados, além de caracterizarem uma

evolução do Direito nessa área, serão uma valiosa ferramenta a ser utilizada pelo julgador ao decidir conflitos gerados entre as partes envolvidas em delicadas situações.

O Enunciado 39 estabelece que, em se tratando de reprodução assistida, o estado de filiação não decorre apenas do vínculo genético, mas deve prevalecer a manifestação inequívoca de vontade das partes. Já o Enunciado 40 prevê que é legítima a inclusão do nome de duas pessoas do mesmo sexo como pais, no caso de reprodução assistida. Na sequência, o Enunciado 41 afasta a limitação de idade para as mulheres que desejam se submeter ao tratamento e à gestação por reprodução assistida. E, na hipótese de gestação por substituição, popularmente conhecida como "barriga de aluguel", o Enunciado 45 determinou que o vínculo de filiação deve contemplar os autores do projeto parental e não a doadora da barriga.

CONTINUA

26 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O tema das pesquisas envolvendo seres humanos também foi abordado no Enunciado 38, que delimita a avaliação de necessidade e utilidade, com o máximo de benefícios e mínimo de danos e riscos.

Por fim, cumpre analisar o Enunciado 37, que trata da declaração de vontade de pacientes, também conhecida como "testamento vital", documento no qual o paciente pode optar antecipadamente pelos tratamentos a que será submetido quando estiver impossibilitado de se comunicar autonomamente. O referido Enunciado define que a declaração poderá ser feita de duas formas: particular, na presença de duas testemunhas; ou por instrumento público. O paciente poderá expressar, por exemplo, se não quer procedimentos de ventilação mecânica (uso de respirador artificial), tratamentos (medicamentoso ou cirúrgico) dolorosos ou extenuantes, ou mesmo a reanimação na ocorrência de parada cardiorrespiratória. Essa opção não configura eutanásia (abreviação da morte), mas tão somente o respeito ao seu desejo dentro de um contexto de terminalidade de sua vida, preservando a autonomia do indivíduo nos momentos que antecedem sua morte.

Pelo que se pode verificar, os Enunciados sobre Biodireito publicados pelo Conselho Nacional de Justiça demonstram uma grande evolução para o sistema jurídico brasileiro, e tendem a contribuir para que decisões polêmicas sobre tais temas sejam proferidas, consequentemente beneficiando o interesse de milhares de pessoas que se encontram em conflitos dessa natureza. E, em última análise, servirão de fontes preventivas para evitar a propositura de demandas temerárias fadadas à improcedência.

» PARANÁ

Justiça libera R\$ 500 milhões para pagar precatórios

Euclides Lucas Garcia

Depois de meses de pressão da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) liberou, em apenas duas semanas, cerca de R\$ 500 milhões para o pagamento de precatórios. O recurso estava represado em uma das duas contas especiais destinadas exclusivamente para pagar esse tipo de dívida. Na outra conta, porém, permanecem parados R\$ 480 milhões. Segundo estimativas, o estoque de precatórios paranaenses em mãos de credores é de pelo menos R\$ 6 bilhões.

Precatórios são dívidas do Estado reconhecidas definitivamente pela Justiça. Para pagar esses débitos, o governo repassa mensalmente 2% da sua receita ao TJ — cerca de R\$ 40 milhões. O dinheiro é dividido em duas contas, uma delas para o pagamento dos precatórios em ordem cronológica — do mais antigo para o mais novo. Foi dessa conta, na qual estavam depositados R\$ 523,7 milhões, que o tribunal liberou R\$ 499,4 milhões. Com a medida, a tendência é que a fila para esse tipo de precatório seja praticamente zerada.

“É algo extremamente relevante, nunca se liberou tanto precatório numa canetada só”, afirma Emerson Fukushima, presidente da

Comissão de Precatórios da OAB-PR. Ele ressalta, no entanto, que os credores ainda precisarão esperar entre seis meses e dois anos para ter o recurso em mãos. Segundo o advogado, a partir do momento em que o dinheiro for depositado na conta judicial de cada processo, há todo um trâmite judiciário a ser respeitado. “O juiz age com extrema cautela para não pagar nada errado. Isso porque há casos que envolvem penhora, herdeiros, mais de um advogado, cessão de crédito a terceiros.”

Próxima batalha

De acordo com Fukushima, a luta agora será para que o TJ libere os R\$ 480 milhões que estão depositados na conta destinada ao pagamento de acordos diretos com os credores, por meio dos quais o Executivo consegue obter desconto em relação ao valor de face (integral) do documento — nesse caso, também é preciso respeitar a ordem de cronologia.

No início de fevereiro, o governador Beto Richa (PSDB) assinou um decreto para que R\$ 200 milhões fossem liberados para o pagamento de dívidas do menor para o maior valor, a partir de R\$ 28 mil. A expectativa do governo era quitar cerca de 1,3 mil dos 2,5 mil precatórios em mãos de credores. Até agora, porém, só foram pagos em torno de R\$ 4 milhões, segundo Fukushima, por dificuldades do TJ em atualizar os cálculos devido à falta de pessoal e de estrutura da central de precatórios do judiciário estadual. Os outros R\$ 280 milhões estão represados por causa de divergências no cálculo dos precatórios entre a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e credores que pretendiam compensar débitos de ICMS com os papéis.

26 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CURSO

Direito notarial e de registro

- **DATA:** 29 e 30 de agosto.
- **DESCRIÇÃO:** organizado pela Escola Nacional de Notários e Registradores - Ennor, em parceria com o TJ-PR e com o Sindicato dos Escrivães Notários e Registradores do Paraná - Sienoreg-PR, as aulas serão realizadas por renomados professores, todos mestres ou especialistas que irão tratar sobre temas relativos a Notas, Protesto e Registros Públicos. Aguarda-se a presença de desembargadores, juizes, notários, registradores, advogados, substitutos, estudantes de Direito e demais profissionais atuantes na área.
- **PALESTRANTES:** Mário Camargo, Graciano Pinheiro de Siqueira, Luiz Guilherme Loureiro e Eduardo Augusto.
- **LOCAL:** auditório do Tribunal de Justiça do Paraná - Nossa Senhora da Salette - Centro Cívico.
- **INSCRIÇÕES (gratuitas) podem ser feitas pelo www.anoreg.org.br/cursos** - mais informações: (41) 3077-1010 / (61) 3323-1555.

26 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Defensoria fica sem verba extra para 2015

¶ Por 16 votos favoráveis e 15 contrários, os deputados estaduais decidiram manter ontem o veto do governador Beto Richa (PSDB) ao artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que trata da verba da Defensoria Pública para 2015. O Executivo justificou o veto com o argumento de que a proposta original previa recursos “de até R\$ 180 milhões” para o órgão, mas, na votação, a Assembleia acabou suprimindo a expressão “até”. Com a mudança, o governo seria obrigado a investir os R\$ 180 milhões. Na prática, a Defensoria Pública está sem previsão orçamentária para 2015. “Teríamos um concurso em novembro que fica prejudicado. E agora?”, questionou Tadeu Veneri (PT). O líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), prometeu que o Executivo deve resolver a situação enviando uma nova mensagem à Assembleia. (KB)

26 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Aposentadoria

especial

divide candidatos

no PR

Um dos beneficiados pela pensão de ex-governador, Requião é a favor do pagamento. Já Gleisi e Richa fazem ressalvas

José Marcos Lopes

Os três principais candidatos ao governo do Paraná divergem quando o assunto é o pagamento de aposentadorias para ex-governadores. Roberto Requião (PMDB), que recebe o benefício por ter governado o estado três vezes, é favorável ao pagamento. O governador Beto Richa (PSDB) entende que só os ex-governadores que ocuparam o cargo antes de 1988 têm direito ao pagamento vitalício de aproximadamente R\$ 29 mil mensais (teto do funcionalismo público no país). Gleisi Hoffmann (PT) defende o pagamento, mas é contrária à acumulação de benefícios.

A polêmica chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) em janeiro de 2012, quando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) moveu uma ação contra o pagamento do benefício. Mais de dois anos depois,

a ação está parada na Corte e sem previsão de julgamento. No Paraná, Richa suspendeu os pagamentos por decreto, em 2011, mas manteve a aposentadoria paga à mãe, Arlete Richa, primeira-dama quando o pai dele, José Richa, governou o Paraná, entre 1983 e 1986.

Após a edição do decreto, quatro ex-governadores recorreram e conseguiram na Justiça o direito de receber as aposentadorias: Requião (três mandatos), Jaime Lerner (dois mandatos), Mário Pereira (que assumiu em 1994, quando Requião deixou o governo para concorrer ao Senado) e Orlando Pessuti (governador em 2010, quando Requião concorreu novamente ao Senado). O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), governador entre 1987 e 1991, abriu mão do benefício.

O pagamento de aposentadorias vitalícias para ex-presidentes da República (estendidas às primeiras-damas) era previsto na Constituição de 1969. Por simetria, algumas Constituições estaduais adotaram a medida para governadores, caso do Paraná. A Constituição de 1988, no entanto, não previa o pagamento. Ao ajuizar a Ação Direita de Inconstitucionalidade

(Adin), a OAB argumentou que só têm direito ao benefício ocupantes de cargos eletivos ou efetivos do serviço público.

Richa diz que sua decisão de manter os pagamentos para ocupantes do cargo antes de 1988 foi baseada em uma interpretação da Procuradoria Geral do Estado. Além da mãe dele, também recebe o valor mensal o ex-governador João Elísio Ferraz de Campos (que assumiu quando José Richa deixou o cargo, em 1986, para disputar uma vaga no Senado).

“Para mim, esta é uma questão muito clara, já definida quando do nosso decreto, em 2011, que cancelou aposentadorias para ex-governadores. Segundo a Procuradoria Geral do Estado, após estudos da Constituição de 1988, as aposentadorias de ex-governadores concedidas após aquele ano são inconstitucionais”, afirmou Richa por meio de sua assessoria. “Não é nada pessoal, de escolha deste ou daquele, ou de opções partidárias. Simplesmente, seguimos o que diz a Constituição.”

CONTINUA

26 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A candidata do PT, Gleisi Hoffmann, disse ser contrária a pagamentos superiores ao subsídio dos ministros do STF. O problema, para ela, é o ex-governador receber a aposentadoria e os salários referentes a outro cargo público que ocupa. “Todo mundo tem direito a se aposentar, acumular não”, diz a candidata. “Logo que assumi no Senado, apresentei um projeto de lei para impedir a acumulação de vencimentos aos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos. De acordo com a minha proposta, as remunerações não poderão exceder o subsídio dos Ministros do STF atualmente de R\$ 29.462,25.”

Já o senador Roberto Requião considera a aposentadoria um direito adquirido. Ele já disse que usa o dinheiro para pagar ações por danos morais movidas por adversários. “É um direito criado há muitos anos que inclui até mesmo as viúvas de ex-governadores, como a mãe do atual governador Beto Richa”, comentou via assessoria.

POLÊMICA

Questionada na Justiça, a possibilidade de ex-governadores receberem aposentadoria foi instituída pela Constituição de 1969.

● A Constituição Federal de 1969 estabeleceu que ex-presidentes da República receberiam pensão vitalícia estendida às esposas em caso de falecimento. Por simetria, algumas Constituições estaduais adotaram a medida para governadores – é o caso do Paraná.

● A Constituição de 1988 não estabeleceu o benefício, mas ex-governadores e ex-presidentes que recebiam a aposentadoria tiveram o direito mantido.

● Em 2011, o governador Beto Richa (PSDB) suspendeu os pagamentos por meio de um decreto. Ele manteve, no entanto, o pagamento para a mãe dele, Arlete Richa, viúva do ex-governador Beto Richa, que ocupou o cargo antes de 1988. Richa argumenta que, no entendimento da Procuradoria Geral do Estado, tem direito ao benefício quem ocupou o cargo de governador antes da Constituição de 1988. Também foi mantido o pagamento para o ex-governador João Elísio Ferraz de Campos.

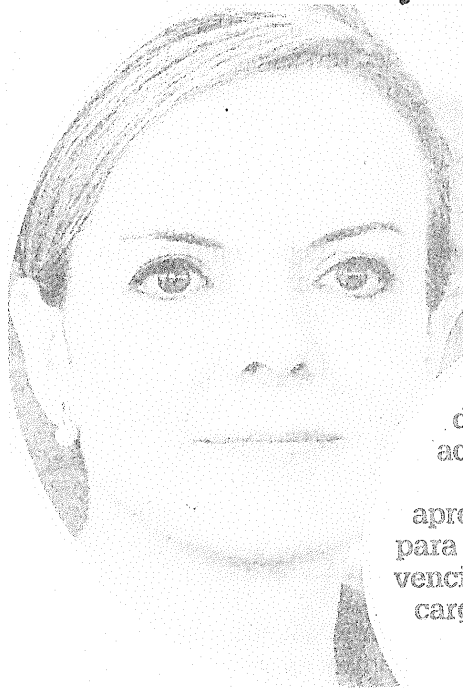
● Os ex-governadores Roberto Requião, Jaime Lerner, Mário Pereira e Orlando Pessuti recorreram à Justiça. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná entendeu que eles têm direito ao subsídio.

● Em 2012, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, contrária ao pagamento, no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação ainda não foi julgada.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



...eira/ Gazeta do Povo

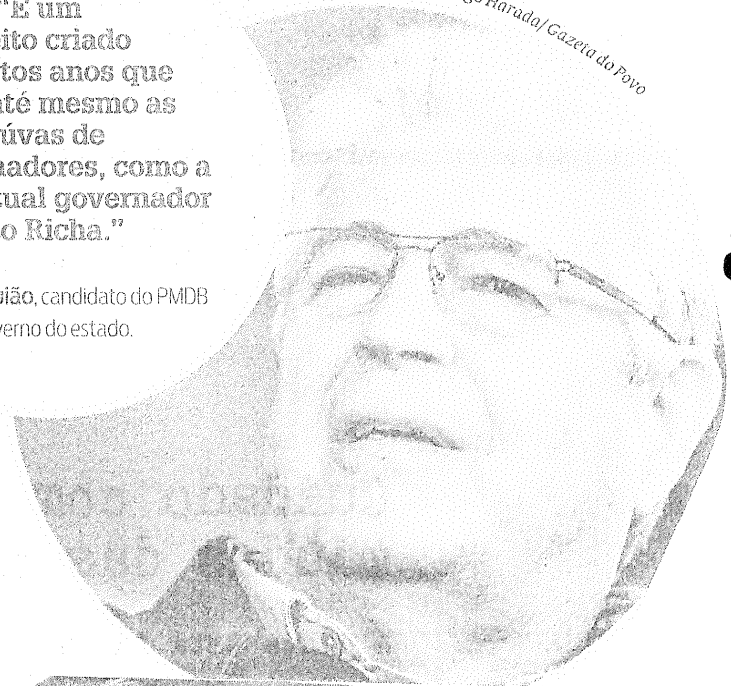
26 AGO 2014

"Todo mundo tem direito a se aposentar, acumular não. Logo que assumi no Senado, apresentei um projeto de lei para impedir a acumulação de vencimentos aos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos."

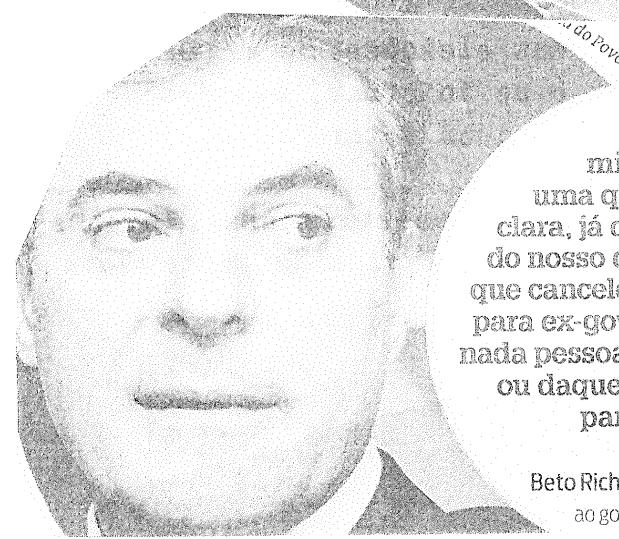
Gleisi Hoffmann, candidata do PT ao governo do estado.

"É um direito criado há muitos anos que inclui até mesmo as viúvas de ex-governadores, como a mãe do atual governador Beto Richa."

Roberto Requião, candidato do PMDB ao governo do estado.



...ugo Harada/ Gazeta do Povo



...do Povo

"Para mim, esta é uma questão muito clara, já definida quando do nosso decreto, em 2011, que cancelou aposentadorias para ex-governadores. Não é nada pessoal, de escolha deste ou daquele, ou de opções partidárias."

Beto Richa, candidato do PSDB ao governo do estado.

➤ OPERAÇÃO LAVA JATO

Youssef decide que não fará delação premiada

Advogado do doleiro informa que irá pedir a nulidade do processo.

Defesa do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto

Costa diz que ainda não sabe se ele irá fazer o acordo com o MPF

*José Marcos Lopes,
com Agência O Globo*

O doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF), decidiu ontem que não vai apresentar à Justiça um pedido de delação premiada — por meio do qual forneceria informações que ajudassem nas investigações em troca de uma pena menor. Youssef está preso há cinco meses na Superintendência da PF em Curitiba e tomou a decisão após se reunir com seu advogado ontem à tarde.

A estratégia do advogado do doleiro, Antônio Figueiredo Basto, será pedir a nulidade do processo movido contra seu cliente. Basto impetrou três pedidos de habeas corpus no Tribunal Regional Federal alegando que as interceptações telefônicas da PF foram ilegais; que a Justiça Federal do Paraná não tem competência para julgar casos de outros estados (a sede da Petrobras fica no Rio de

Janeiro); e que o juiz Sérgio Moro, da 13.^a Vara da Justiça Federal de Curitiba, não pode julgar o caso por ter se declarado suspeito para julgar uma ação que envolvia Youssef em 2007. “Ele [Moro] alegou questões de foro íntimo [para não julgar o caso de Youssef em 2007], a gente não sabe ainda o motivo”, disse Basto. “Entendemos que, se ele declarou a parcialidade, ela é atemporal.”

Costa

Na última sexta-feira, surgiu a informação que o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, que também foi preso na Operação Lava Jato, teria aceitado fazer um acordo de delação premiada, mas a informação não foi confirmada ontem pelo Ministério Público Federal (MPF) no Paraná. A advogada de Costa, Beatriz Catta Preta, esteve reunida com seu cliente ontem à tarde e disse que ainda não há uma decisão sobre o assunto.

“Essa é uma decisão muito pessoal do denunciado e nada foi definido. Vamos avaliar qual a melhor linha de defesa e não há qualquer proposta de acordo”, disse a advogada. Se optar pela delação premiada, Costa terá de negociar as bases do acordo com o MPF, que vai avaliar que informações ele poderá prestar em troca de atenuantes à sua condição de denunciado.

Costa, Youssef e mais 44 suspeitos foram indiciados por lavagem de dinheiro e evasão de divisas. O ex-diretor da Petrobras e o doleiro teriam atuado juntos na área de consultoria a empresas que teriam negócios com a Petrobras.

Pelas investigações da PF, Youssef e outros três doleiros movimentaram cerca de R\$ 10 bilhões de forma atípica. Alguns indiciados foram acusados também por corrupção, formação de quadrilha e tráfico de drogas.

26 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Após 40 horas, fim da rebelião depende de transferência de presos

A Secretaria da Justiça negociou com os detentos a transferência de cerca de 800 dos 1.047 presos do local. Até a noite de ontem, apenas 255 haviam sido transferidos. Ao menos quatro pessoas morreram

*Angieli Maros, Denise Paro,
Diego Antonelli, Luiz Carlos
da Cruz, Heliberton Cesca,
Raphael Marchiori e
Antonio Senkovski*

▮ A rebelião na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), que deixou pelo menos quatro mortos — dois deles decapitados —, não havia terminado até a noite de ontem. O motim completou mais de 40 horas e chegou a ser controlado após os presos aceitarem um acordo para liberar dois agentes penitenciários mantidos reféns. A liberação, porém, ficou condicionada à transferência de cerca de 800

detentos, algo que terminaria apenas na madrugada de hoje, segundo a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju).

O motim foi deflagrado no café da manhã de domingo, quando um grupo se aproveitou de uma grade serrada de um cubículo e fez dois agentes reféns. A partir desse momento, os presos subiram no telhado e dominaram quase todo o presídio. Segundo um agente que trabalha no local, apenas as galerias de 1 a 4 do primeiro bloco não foram tomadas.

Com o prédio tomado, os rebelados seguiram para uma área conhecida como “seguro”. Nesse espaço ficam os condenados por crimes sexuais, contra crianças e ex-policiais. Ainda não há confirmação do nome dos quatro mortos, mas em entrevista à rádio CBN Cascavel, o preso Alessandro Meneghel disse que os mortos eram estuproadores e um deles é Gilmar de Lima — condenado por ter matado sua enteada, a menina Rafaela Trates, de apenas 5 anos.

Durante a rebelião, pelo menos cinco detentos foram então arremessados de uma

altura de 15 metros e dois acabaram degolados. Apesar de as informações oficiais darem conta de quatro mortos, Paulo Damas, juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) de Cascavel, acredita que esse número possa ser maior. “Esses eram os corpos visíveis. Pela maneira que eles tratavam os presos e pelo forte cheiro de cadáver queimado, sinto que é provável que haja mais vítimas”.

A pauta de reivindicações dos presos começou genérica e confusa, segundo quem participa das negociações. No início, os rebelados chegaram a pedir a transferência de um detento sem ao menos dizer o nome dele. Mas havia também pedidos pelo fim de agressões aos presos, por melhoria na qualidade da comida e na infraestrutura e pelo fim de abusos nas inspeções das visitas. Damas garante que relatos de maus-tratos já não faziam mais parte do cotidiano da unidade. “Isso foi no passado. Eu sempre vi ali uma unidade salubre”.

CONTINUA

26 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Já no fim da tarde de ontem, toda a pauta de reivindicações foi abandonada e a liberação dos agentes e o fim da rebelião acabaram condicionados à transferência de mais de 80% dos detentos do local. Isso porque 20 das 24 galerias ficaram completamente destruídas. À noite, a Seju havia transferido 255 dos 1.047 presos para unidades de Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Maringá. Eles saíram do local em vans e ônibus escolares. As remoções, inclusive, continuariam madrugada adentro para que os agentes fossem liberados.

INCENDIADOS

Um ônibus do transporte coletivo foi incendiado na noite de domingo em Cascavel. De acordo com informações da PM, criminosos atearam fogo no veículo em frente de um colégio na Avenida Papagaios, zona norte da cidade. Ninguém ficou ferido. No pátio da prefeitura de Cascavel, um carro também foi incendiado durante a madrugada. Em uma lixeira foi pichada a inscrição "PCC".

FAMILIARES

No começo da tarde de ontem, familiares dos presos voltaram a trancar os dois sentidos da BR-277, perto da PEC. Eles reivindicaram mais informações sobre a situação dos detentos. Desta vez, segundo a concessionária que administra o trecho, a interdição foi feita entre 14 horas e 14h40, com picos de fila de 2 km em ambos os sentidos. Pela manhã, cerca de 60 familiares dos presos já haviam bloqueado a rodovia por cerca de 1 hora. Em frente do presídio, os familiares dos detentos também aguardavam desesperados por informações.

MENEGHEL

Um dos presos rebelados em Cascavel que lidera a negociação com a equipe policial e da Seju é o ruralista Alessandro Meneghel, preso desde 2012 acusado de matar um policial federal. Foi ele que encabeçou todas as conversas desde domingo, quando começou a rebelião. Na noite de ontem, Meneghel concedeu entrevista à rádio CBN Cascavel por meio do telefone do parente de um preso rebelado. Na entrevista, ele disse que não são verdadeiras as informações sobre mais de quatro mortos e afirmou que a ordem das execuções partiu do "comando".

CONTINUA

26 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Comissão considerou presídio o pior do estado

Felippe Anibal

Os fatores que levaram presos da Penitenciária Estadual de Cascavel a se amotinarem na rebelião mais sangrenta dos últimos quatro anos no estado não são novidade. Eles já haviam sido detalhados em 2012 pela seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). Na ocasião, o presídio foi considerado a pior unidade penal do estado.

Entre os principais problemas relatados pela Ordem estavam falhas estruturais “seríssimas” — como celas sem manutenção e infiltração —, falta de agentes penitenciários e alimentação estragada e insuficiente. Outro ponto detectado era a falta de condições à ressocialização: menos de 10% dos detentos trabalhavam e não havia acesso adequado à assistência jurídica e médica.

“É uma tragédia anunciada”, resume a advogada Isabel Kügler Mendes, que presidia a Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR na época das vistorias. “Não foi uma briga entre facções. A motivação [da rebelião] foi que aquilo [a PEC] é uma panela de pressão”, completa.

Além disso, os detentos denunciavam torturas e punições coletivas e excessos cometidos por agentes penitenciários durante as revistas íntimas, para que familiares pudessem visitar os presos. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa confirmou que, nos últimos dois anos, os ca-

sos de violência contra os internos continuaram. “A PEC já tem um histórico de tortura. No último ano, tivemos pelo menos três presos mortos por agressão no presídio. Tem vários processos administrativos abertos contra agentes por causa de abusos”, diz o presidente da comissão, deputado Tadeu Veneri (PT). “Quando uma unidade rompe o tripé alimentação, visitas e tem tortura, o sistema se desequilibra”, acrescenta.

Alerta

O Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindarspen) também havia alertado quanto às condições da PEC. Vinte dias atrás — quando o Departamento Penitenciário do Paraná (Depen-PR) transferiu mais de cem presos àquela unidade — o sindicato denunciou “o perigo e a irresponsabilidade” de se alocarem mais detentos na PEC. “Tanto os presos como os agentes penitenciários são vítimas do descaso e da falta de investimento público adequado no sistema penitenciário”, diz o advogado do sindicato, Jairo Ferreira Filho. Em 2013, os presos enviaram uma carta à presidente Dilma Rousseff reclamando das condições do presídio.

Para as autoridades, a rebelião de Cascavel serve de alerta à deterioração do sistema carcerário. Há preocupação que outras unidades — também consideradas em situação delicada, como a Penitenciária Central do Estado e a Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II — sofram motins. “É só um aviso do que pode acontecer em outros presídios”, pontua Veneri. “Já há ameaças. Temos levado ao conhecimento do Depen-PR que outras penitenciárias podem passar pela mesma situação em muito breve”, afirma Isabel.

Camas extras teriam agravado problemas

No fim de 2012, a Secretaria de Estado da Justiça (Seju) abriu 800 vagas em presídios estaduais por meio de um artifício simples: determinou a colocação de uma cama extra em celas de alguns presídios. Paralelamente, os presos provisórios, que estavam detidos em delegacias e cadeias, foram transferidos para as penitenciárias, sem que nenhuma unidade tivesse sido construída. Para a OAB-PR, esses fatores agravaram a deterioração das prisões e ampliaram a insatisfação dos detentos.

“Foi a gota d’água. Os presos das delegacias foram levados aos presídios sem qualquer planejamento. Nas vistorias, os detentos nos alertavam: ‘se trouxerem mais gente, vamos matar, porque a gente não aguenta mais’, conta a advogada Isabel Mendes.

Em setembro de 2012, havia 920 presos na Penitenciária Estadual de Cascavel. Atualmente, 1.116 pessoas estavam detidas na unidade. Segundo a OAB-PR, as novas vagas foram criadas exclusivamente a partir da colocação das camas extras nas celas. “O sistema já estava comprometido, mas puseram mais gente. É uma superlotação imposta pelo Estado”, aponta Isabel.

Sem condições

Com o fim da rebelião, as autoridades manifestaram preocupação em relação às condições da PEC. Para o advogado do Sindarspen, Jairo Ferreira Filho, a penitenciária “está sem condições de continuar com presos, pois está totalmente destruída”. “Os presos da PEC, agora, vão superlotar outras penitenciárias, que estão superlotadas e sem condições de receber mais presos”, ressalta. (FA)

26 AGO 2014

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Cargill processa ex-funcionário por roubo de informações

A gigante de commodities agrícolas Cargill entrou com um processo na justiça americana contra um ex-funcionário que teria roubado informações confidenciais antes de começar a trabalhar para a brasileira JBS, uma de suas principais concorrentes. Segundo o documento registrado na Corte Distrital do Colorado em 21 de agosto, o canadense Jason Kuan trabalhou por 20 anos na Cargill e pediu demissão em 1.º de agosto, sem aviso prévio, "em circunstâncias suspeitas". Ao fazer uma varredura no laptop de Kuan, a Cargill descobriu que, antes de sua saída, cente-

nas de arquivos com planos estratégicos e plantas industriais da empresa foram baixados para um HD externo. Na JBS, Kuan vai liderar uma divisão de processamento e embalagem de carne para o varejo.

"Os resultados da varredura foram surpreendentes, revelando que, sem qualquer justificativa de trabalho, por volta do dia 7 de julho – e antes de sua saída –, Jason Kuan baixou centenas de arquivos altamente confidenciais"

Trecho da ação proposta pela Cargill contra o ex-funcionário.

FOZ DO IGUAÇU

Criança agredida pelo padrasto não resiste aos ferimentos

Internado desde o dia último dia 15 após sofrer agressões do padrasto, Yuri Rian Hamud Sherbaty, de 5 anos, não resistiu aos ferimentos e morreu na tarde do último sábado em Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná. Segundo a delegada do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente, Mônica Ferracioli, o padrasto, Fernando Dangeles, 30 anos, afirmou que havia agredido o enteado, mas não no dia 15, e sim no dia 8 de

agosto. A mãe da criança contou em depoimento que as agressões eram feitas pelo padrasto para "corrigir" o comportamento do menino. "Ela disse que o Yuri era uma criança muito levada e agitada, e o padrasto às vezes batia para corrigir", contou a delegada. A investigação foi aberta depois que avó materna de Yuri o encontrou na igreja e percebeu os hematomas. "A avó ligou para polícia no dia 15, fazendo a denúncia, em seguida levou Yuri ao hospital, onde ficou internado por mais de uma semana, mas infelizmente, não resistiu e veio a óbito", informou a delegada.

26 AGO 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Posse de Lewandowski no STF será no próximo dia 10

Próximo presidente do Supremo foi revisor do processo do mensalão

A posse do ministro Ricardo Lewandowski no cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) foi marcada para o dia de 10 de setembro. O ministro ocupará a cadeira de Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho. O mandato será de dois anos.

Nascido no Rio de Janeiro, o ministro tem 66 anos e foi nomeado para o STF pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006. Lewandowski formou-se em direito pela Universidade de São Paulo (USP). No Supremo, foi o revisor da Ação Penal 470, o processo do mensalão, e relatou

Nascido no Rio de Janeiro, o ministro tem 66 anos e foi nomeado para o STF pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006



■ O mandato do ministro Ricardo Lewandowski vai até 2016

processos sobre a proibição do nepotismo no serviço público e das cotas raciais nas universi-

dades federais.

Lewandowski foi eleito simbolicamente pelo plenário do Supremo no

dia 13 de agosto. Na gestão de Barbosa, ele ocupou a vice-presidência da Corte. ■

26 AGO 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Ex-diretores da Petrobras recorrem ao Supremo para desbloquear bens

O ex-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli e outros ex-diretores da estatal recorreram nesta segunda-feira (25) ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar desbloquear seus bens, bloqueados por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) no processo administrativo que apura prejuízos causados com a compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

No recurso, Gabrielli e outros ex-diretores alegam, em sua defesa, que a decisão do TCU, que determinou o bloqueio dos bens, foi baseada em uma interpretação equivocada das informações prestadas pela Petrobras e estão fora do contexto econômico.

No dia 13 de agosto, o ministro Gilmar Mendes decidiu manter a decisão do TCU que determinou o



Brasil

José Sergio Gabrielli diz que decisão do TCU foi equivocada

bloqueio dos bens de Gabrielli e de outros ex-diretores. Na mesma decisão, Mendes deixou de analisar o pedido da presidenta da estatal, Graça Foster, para evitar o bloqueio. O ministro vai analisar a questão após manifestação do TCU no processo.

Entenda o caso

No dia 23 de julho, o TCU determinou que

ex-executivos da estatal devolvam aos cofres públicos US\$ 792,3 milhões pelos prejuízos causados com a compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, entre eles Gabrielli. No caso de Graça Foster, mesmo não tendo sido incluída na decisão, a defesa da presidenta antecipou-se ao julgamento do TCU para evitar o bloqueio. ●

Justiça obriga bancos a explicar 'pagamento mínimo'

Cinco grandes bancos foram obrigados pela Justiça de Minas Gerais a explicar melhor as informações sobre o pagamento mínimo da fatura nos extratos de cartões de crédito.

A determinação foi dada aos bancos Bankpar S.A. (nova denominação do banco American Express S.A.), Credicard Banco S.A., Banco Itaú Cartões S.A., Banco Itaucard S.A. e Banco do Brasil S.A. A decisão é válida para todo o Brasil.

A ação civil coletiva

foi movida pela Associação Nacional dos Consumidores de Crédito (Andec), Procon de Belo Horizonte e Defensoria Pública de Minas Gerais em maio de 2007.

Segundo o relator do processo, o desembargador Evandro Lopes da Costa Teixeira, "os consumidores do serviço de cartão de crédito são pessoas com os mais diversos padrões culturais e de escolaridade, que muitas vezes não possuem conhecimento de matemática financeira". ■

Notas políticas

Banda proibida

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) proibiu a banda de música conhecida como "Manda Brasa", a serviço dos dissidentes do PMDB. A Justiça paranaense considerou que a apresentação faz showmício. No começo do mês, quando da caminhada de Aécio pelas ruas da capital, a banda executou a música "Amigos para Sempre".

26 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Após 34h, governo do Paraná anuncia fim de rebelião

Dois reféns ainda estavam entre os detentos na noite de ontem; 4 mortes foram confirmadas, mas juiz estima até 15 execuções

Miguel Portela
ESPECIAL PARA O ESTADO
CASCAVEL (PR)

Após 34 horas de rebelião, a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná anunciou por volta das 17 horas de ontem o fim do motim na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), no oeste do Estado. Até as 21h, havia sido confirmada a morte de quatro presidiários – dois decapitados. Segundo o juiz Paulo Damas, da Vara de Execuções Penais, no entanto, o número de detentos executados pode chegar a 15.

Até a noite de ontem, no entanto, informações de dentro do presídio mostravam que as forças de segurança ainda tinham dificuldade para controlar toda a unidade. Algumas alas resistiam aos policiais militares. Bandeiras do Primeiro Comando da Capital (PCC) eram ostentadas entre os detentos. Dois reféns ainda permaneciam entre os presos, e as autoridades esperavam libertá-los até o fim da noite de ontem.

A condição imposta pelos presos para pôr fim ao motim – o primeiro desde sua inauguração, em 2007 –, e aceita pelo go-

verno Beto Richa (PSDB), foi a transferência de 600 detentos.

Por volta das 19 horas, dois micro-ônibus lotados deixaram o local com os primeiros presos. Em seguida, outros dez veículos do Departamento Penitenciário (Depen-PR) também deixaram a prisão. Os micro-ônibus seguiram em comboio para a Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, a 140 quilômetros de Cascavel.

O número de presos que seriam transferidos é mais da me-

PARALEMBRAR

Os presídios do Paraná têm cerca de 600 integrantes do PCC, conforme o MPE-SP. A facção ganhou força no Estado em 1990, quando seis integrantes da cúpula da facção em SP, entre eles José Márcio Felício, um de seus fundadores, foram enviados para o Estado vizinho numa tentativa de desarticular o bando. Em vez disso, os criminosos fundaram o Primeiro Comando do Paraná e passaram a dominar o sistema prisional do Estado.

tade da população carcerária do local (1.038), conforme dados do Depen. Além disso, cerca de 145 detentos já haviam sido transferidos desde o início das negociações, anteontem.

Segundo Damas, as transferências serão feitas em grupos de 150 detentos cada. “Quando for concluída toda essa operação, os rebelados prometeram liberar os reféns”, afirmou.

Perigo. Um dos presos rebelados que lideram a negociação com a Polícia Militar e com autoridades é o ruralista Alessandro Meneghel, que está detido desde 2012 por matar um policial federal. Em entrevista por telefone celular, ele disse que a situação era de tensão, apesar do anúncio do fim do motim pelo governo. Meneghel alertou para o risco de confronto. Ele disse que são quatro as vítimas do motim, abaixo do número estimado pelo juiz.

Por causa da falta de segurança, as equipes do Instituto Médico-Legal (IML) desistiram de entrar no presídio para recolher os corpos dos mortos. O trabalho deve ser iniciado hoje, quando se espera condição melhor para a retirada dos corpos e contagem das vítimas.

CONTINUA

26 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Brasília monitora situação, mas não houve pedido de ajuda

Secretaria só deve se pronunciar após o fim do motim; somente neste ano foram registradas 18 rebeliões no Estado

Fábio Brandt / BRASÍLIA
Júlio César Lima / CASCAVEL
ESPECIAL PARA O ESTADO

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), em campanha pela reeleição, não solicitou até o início da noite de ontem ajuda do governo federal para lidar com a crise na Penitenciária Estadual de Cascavel, conforme informou o Ministério da Justiça. A pasta destacou que as autoridades de Brasília estão "monitorando" a situação do Paraná.

É preciso um pedido formal do governo paranaense para que a gestão federal ajude na repressão contra a rebelião ou no atendimento às reivindicações dos presos. Dois casos recentes em que a ajuda foi solicitada foram os do Maranhão e de Santa Catarina. O caso maranhense começou a ganhar notoriedade no fim de 2013, quando a Casa de Detenção de Pedrinhas foi

palco de confronto entre duas facções criminosas. A crise se arrastou até 2014. Imagens chocantes de presos decapitados foram divulgadas. E o governo local aceitou ajuda e o envio da Força Nacional. Também em 2013 diversas cidades catarinenses registraram ataques com incêndio de carros e disparos de tiros. Um dos atos do governo local foi solicitar a transferência de líderes criminosos de presídios estaduais para federais.

Ação local. O Paraná informou que o assunto será tratado no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Seju). Em um ano, já foram registradas 18 rebeliões no Estado. A secretária Maria Tereza Uille não se pronunciou desde o início da crise e só deve falar após o fim de todos os motins.

Como parte de um acordo feito entre a Justiça e os presos, 600 detidos deverão ser transferidos. Segundo o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), Antony Johnson, a rebelião é consequência da falta de segurança e más condições de trabalho oferecidas pelo governo.

CRONOLOGIA

1992

A maior rebelião da história do sistema carcerário brasileiro deixa 111 mortos na Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo. Antes disso, um motim na Penitenciária do Estado, em 1987, havia deixado 30 mortos, incluindo um refém.

2001

O Presídio de Urso Branco, em Rondônia, foi o centro de uma série de rebeliões - uma delas com 27 mortos em 2001 e outra com 14, em 2004. As decapitações e mortes fizeram o caso ser denunciado à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

2004

Maior motim em cadeia da história do Rio deixa 30 mortos em Benfica.

2007

Uma revolta em Ponte Nova (MG) acaba com 25 presos carbonizados em uma cela.

2010

Em um motim em Pedrinhas, no Maranhão, 18 presos são mortos. Já em 2013, em vários motins e crimes, houve 60 execuções nesse complexo.

26 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Rebeliões e sistema carcerário

Acada rebelião de presos a “chaga” do sistema carcerário é exposta. Depois dos horrores ocorridos no presídio de Pedrinhas (Maranhão), o domingo começou igualmente violento no Paraná. Desta vez, presos se rebelaram na Penitenciária Estadual de Cascavel (região Oeste) deixando grande saldo de mortos (o número oficial ainda não foi divulgado, mas no início da noite de ontem estimava-se que seriam entre 10 e 20) e violência contra agentes que trabalhavam no local. Pelo menos dois detentos foram decapitados, enquanto outros dois foram arremessados do telhado da unidade.

A situação precária dos presídios não é exclusiva do Paraná. O problema se repete Brasil a fora e é reflexo direto da falta de investimentos dos governos no sistema carcerário. Nos últimos anos, o aumento da população carcerária ocorreu de forma exponencial, enquanto o orçamento não cresceu na mesma proporção. Atualmente, o Brasil detém o terceiro maior número de presos do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça, são 711.463 pessoas considerando as que cumprem pena domiciliar.

Além da falta de planejamento dos governos, que preferem não fazer grandes investimentos no sistema, a responsabilidade também é da própria sociedade. A opinião pública não exerce qualquer tipo de pressão para que o sistema seja melhorado e que passe efetivamente a atuar na ressocialização dos presos. Perdura no inconsciente coletivo a máxima de que “presos devem sofrer”. É óbvio que penitenciárias não são hotéis, mas há que se garantir o mínimo de dignidade aos que estão cumprindo sua pena. Além disso, a superlotação é problema crônico e, por isso, é urgente a implementação de penas alternativas à privação de liberdade.

Enquanto não forem feitas ações com objetivo de melhorar o sistema, rebeliões continuarão a ocorrer, presos e funcionários serão mortos, presídios serão destruídos e as cenas de violência continuarão a chocar a população.

26 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Penitenciárias paranaenses estão superlotadas

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina - Levantamento realizado pela FOLHA mostrou que algumas das penitenciárias para onde foram levados os presos rebelados na Penitenciária Estadual de Cascavel (Oeste) estão superlotadas ou próximas da capacidade máxima.

A Penitenciária Estadual de Maringá (PEM), no Noroeste, abrigava ontem 390 detentos, 16 a mais que a capacidade. De acordo com a Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), seis presos de Cascavel foram transferidos para a unidade no início da noite de ontem. "A situação é tranquila na carceragem e felizmente os acontecimentos de Cascavel não tiveram reflexo aqui. Ainda não sabemos quais os presos virão para cá por isso é difícil falar que tipo de impacto essas transferências podem causar, mas acredito que não haverá problema", relatou o diretor da PEM, Vaine Gomes.

Em Guarapuava (Centro), a Penitenciária Industrial abrigava o número máximo de presos: 240. A unidade 2 da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (Oeste) recebeu 150 presos oriundos de Cascavel, que se juntaram aos 902 que estavam na unidade ontem. A capacidade máxima do presídio é de 1.074 detentos.

Já em Francisco Beltrão (Sudoeste), após receber 68 presos rebelados de Cascavel no domingo, a penitenciária abrigava 1.094 detentos ontem à tarde. Durante a noite, mais 40 detentos foram levados até Beltrão. A penitenciária da cidade tem capacidade para 1.182 homens.

Segundo ainda a Seju, os presídios de Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba), Cruzeiro do Oeste (Noroeste) e a Penitenciária Industrial de Cascavel também receberam presos que estavam amotinados.

26 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Escândalo em São Jerônimo: 39 pessoas são denunciadas

Primeira-dama, filhos do prefeito e vereadores estão entre acusados;
detentor de foro, chefe do Executivo deve ser denunciado ao TJ

Edson Ferreira
Reportagem Local

A "organização criminosa" que agiria na Prefeitura de São Jerônimo da Serra (Norte Pioneiro), sob o comando do prefeito Adir dos Santos Leite (PSDB), teria sido responsável por 73 ações criminosas que resultaram no desvio de dinheiro público, segundo denúncia apresentada ontem pelo Ministério Público (MP) do Paraná. Foram denunciados os dois filhos de Adir, Adicarlos e Alisson Leite, a mulher dele, Silvana Soares Leite, os vereadores Isaque Pereira Martins (PPS), José Jacir Sampaio (PSD) e Amarildo Alves Bueno (PR), além de outras 33 pessoas, entre empresários, comerciantes e servidores municipais.

Desde o início do mandato, Adir manteve familiares em cargos do primeiro escalão e, juntos, teriam planejado as supostas fraudes na administração municipal, "unindo esforços e dividindo tarefas", viabilizando "meios para promover o desvio de recursos públicos". Adicarlos chegou a ocupar o cargo de secretário de Administração até ser exonerado no

último dia 6 de agosto; Alisson ocupou o cargo de secretário de Agricultura por três meses no ano passado; e Silvana foi secretária de Assistência Social, até a exoneração no último dia 8 de agosto.

FORO PRIVILEGIADO

O prefeito, por ter foro privilegiado, deve ser denunciado ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, "levando em conta", diz o documento, "as decisões judiciais acolhendo a separação da investigação entre os ora denunciados e o mencionado prefeito".

De acordo com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do MP, que deflagrou no começo do mês a Operação Sucupira, cumprindo mais de 50 mandados de busca e apreensão e de prisão em São Jerônimo e mais sete cidades, houve autorização judicial para a separação da investigação.

O promotor de Justiça Jorge Barreto da Costa, que assina a denúncia junto com os promotores Cláudio Esteves e Marcelo Salomão, disse que "assim que surgiram os indícios do envolvimento do prefeito, au-

toridade que tem foro privilegiado, houve requerimento para a cisão da investigação". A informação é rechaçada pelo advogado Maurício Carneiro. Ele integra a equipe que defende o prefeito e a família, além dos vereadores e servidores denunciados. "Não existe autorização do TJ para essa investigação. Portanto, se desde o início apontaram supostamente a presença do prefeito nos eventuais crimes, as prisões e buscas deveriam ter sido autorizadas pelo TJ."

Carneiro espera decisão do tribunal sobre habeas corpus em favor de Adicarlos e Alisson, que seguem presos preventivamente, e impetrou também uma reclamação que deve ser analisada pelo Órgão Especial do TJ sobre a competência judicial para a investigação em São Jerônimo da Serra.

CONTINUA

26 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

FRAUDES

Segundo a denúncia, os supostos crimes foram cometidos a partir de licitações fraudulentas, com o apoio de empresários e comerciantes da cidade e região, que emitiam notas fiscais frias, atestando serviços não prestados. As irregularidades teriam ocorrido na aquisição de combustíveis e peças para a frota da prefeitura, na compra de alimentos e gêneros alimentícios que acabavam desviados em “proveito de particulares”, no pagamento por transporte escolar não realizado integralmente, no fornecimento de material gráfico ao Executivo e no fornecimento de marmitex para servidores municipais.

VEREADORES

Os vereadores teriam aceitado “vantagem indevida”, oferecida pelo prefeito para manter o apoio político, evitando fiscalizações contra o Executivo. Segundo a denúncia, irregularmente, Adir e familiares, além do tesoureiro da prefeitura Amarildo Bueno, “entregavam, inclusive por intermédio de empresários que cooperavam para os interesses ilícitos da organização, combustíveis, pneus e dinheiro aos aludidos edis”.

O valor do suposto desvio está sendo apurado em auditorias no material apreendido. A reportagem não conseguiu contato com as defesas de todos os denunciados.

26 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Ex-vereador é condenado por morte de prefeito

Crime ocorreu em 1998 e teria sido motivado por razões políticas; ex-parlamentar e irmão estão foragidos

Edson Ferreira
Reportagem Local

O ex-vereador de Laranjal (Centro-Sul) Valdevino Teodoro dos Santos (PDT) e o seu irmão José Airton dos Santos foram condenados à prisão por envolvimento na morte, em 1998, do então prefeito da cidade, Vicente José da Costa (PDT). Conforme a sentença, assinada pela juíza de Direito de Palmital, Maria de Lourdes Araújo Cavalcanti Mundim, os dois teriam sido os mandantes do crime, numa emboscada armada na chácara de Costa. Valdevino e José, que estão foragidos, pegaram, respectivamente, 18 anos e 16 anos de prisão, em regime fechado, e suspensão dos direitos políticos. Os executores do crime foram condenados em processo desmembrado, conforme o Ministério Público (MP) do Paraná.

Condenados por homicídio triplamente qualificado (promessa de recompensa, meio cruel e assassinato mediante emboscada), os dois teriam orquestrado a morte do colega de partido por interesses políticos. "O crime foi motivado

por desentendimentos de ordem política, o que deve pesar desfavoravelmente ao réu", escreveu a juíza em relação ao ex-vereador. Vicente Costa foi o segundo prefeito eleito de Laranjal, cidade com cerca de 6,3 mil habitantes, que se tornou município em 1993. Com a morte dele, assumiu o vice, João Maria dos Santos, irmão dos dois condenados.

A FOLHA entrou em contato com a 2ª Subdivisão Policial de Laranjeiras do Sul, responsável pelas ocorrências na região, mas, por enquanto não existem pistas dos dois foragidos. Embora possam apresentar recurso contra a decisão de primeiro grau, a magistrada determinou na sentença a manutenção da prisão preventiva, mesmo que recorram ao Tribunal de Justiça (TJ). "Ainda pretendem interferir no ânimo das testemunhas, tanto que a única que compareceu em juízo, viúva da vítima, só assim o fez mediante escolta policial."

A reportagem tentou contato com familiares do ex-prefeito, mas, segundo moradores de Laranjal, os parentes mais próximos deixaram a cidade, com medo.

FOLHA DE LONDRINA

AL mantém veto de Beto a artigo da Defensoria Pública

Curitiba - A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná manteve ontem o veto parcial do governador Beto Richa (PSDB) ao artigo 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, que destinava R\$ 180 milhões para a Defensoria Pública do Estado. Com isso, o órgão segue, ao menos no papel, sem recursos para o próximo ano. Foram 16 votos favoráveis e 15 contrários. Para derrubar a alteração, seria necessário o apoio de 28 parlamentares.

Segundo o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), uma nova mensagem será enviada à AL, de modo a garantir as verbas necessárias para a Defensoria. O relator da LDO, Elio Rusch (DEM), já havia afirmado que, independentemente da tramitação da LDO, acrescentará o valor na Lei Orçamentária, a ser votada ainda neste semestre. Ao justificar o veto, Beto alegou ter havido “vício material e legislativo”, já que o texto anterior falava em “montante de até R\$ 180 milhões”.

O líder do PT na AL, Tadeu Veneri, porém, defendeu que o governo sinalize de quanto exatamente será a dotação da entidade. “Não deveríamos deixar a critério do governador definir quanto será”, argumentou. Além da bancada do PT, votaram com a oposição os deputados Waldyr Pugliesi (PMDB), Rasca Rodrigues (PV), Pedro Lupion (DEM), Pastor Edson Praczyk (PRB), Nereu Moura (PMDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Gilson de Souza (PSC), Gilberto Ribeiro (PSB), Cleiton Kielse (PMDB), Anibelli Neto (PMDB) e Adelino Ribeiro (PSL).

26 AGO 2014

INFORME

87 cavaletes apreendidos

Funcionários do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná percorreram diversas ruas de Curitiba, como avenidas Iguazu, Silva Jardim e Visconde de Guarapuava, e apreenderam 87 cavaletes de candidatos, na semana passada. De acordo com a legislação eleitoral, é vedada a permanência de cavaletes em vias públicas após as 22 horas. A apreensão é resultado de diligência determinada pelo juiz da 145ª zona eleitoral, Ronaldo Sansone Guerra.

26 AGO 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PESQUISA APONTA QUE 94% DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS UTILIZAM REDES SOCIAIS

Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Temáticos de Administração Pública (Cetem), encomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apontou que 94% dos tribunais brasileiros já utilizam ferramentas de redes sociais para a divulgação de suas ações.

A pesquisa foi realizada durante os meses de junho e julho e respondida por 86 dos 91 tribunais brasileiros, de todas as esferas de Justiça do País. A rede mais utilizada é o Twitter, em que 91% dos tribunais possuem perfil. Em segundo lugar, vem o Facebook, no qual 72% dos tribunais contam com página oficial; seguido pela rede de fotos Flickr, com 65% das Cortes; pela rede de vídeos Youtube, com 42%; e pela rede de fotos Instagram e pelo Google Plus, com 12% cada. Apenas 10% dos tribunais já se comunicam com os jurisdicionados por meio do WhatsApp; 2% por meio do Skype e somente 1% mantém perfil no LinkedIn.

Conteúdo – De acordo com

a pesquisa, 33% do conteúdo publicado pelos tribunais brasileiros são apenas réplicas das notícias dos sites oficiais. Em 27% dos casos, trata-se de divulgação de campanhas institucionais; em 19%, propaganda de eventos; 11%, compartilhamento de conteúdo de outras instituições. Em menor proporção, apenas 4% do conteúdo publicado trata de incentivo à criação de outras redes.

Em 69% dos casos, não há planejamento por parte dos tribunais na utilização das redes sociais e 51% deles não utilizam qualquer tipo de medição de engajamento ou alcance do conteúdo publicado. “Nosso objetivo com a realização dessa pesquisa foi saber no quê os tribunais precisam melhorar e ajudá-los, com capacitação e tudo mais que estiver dentro das possibilidades do CNJ, como a realização deste Workshop, que reuniu grandes referências na produção de conteúdo para redes”, explicou a editora de conteúdo digital da Secretaria de Comunicação do CNJ, Patrícia Costa.

JUSTIÇA ITINERANTE LEVA PROJETO EU TENHO PAI À COMARCA DE PORTO

O programa Justiça Itinerante e o Projeto Eu tenho Pai estiveram na Comarca de Porto (PI), no período de 19 a 22 de agosto, em atendimento à solicitação da Promotoria de Justiça da Comarca, para realização das atividades do programa nos municípios de Porto e Campo Largo. A solicitação foi realizada após levantamento prévio junto às Escolas Públicas dos municípios, quando foi constatada a considerável quantidade de alunos matriculados que não possuíam nome do pai na Certidão de Nascimento.

Antes da execução do evento, foram realizadas reuniões de divulgação do projeto nas escolas públicas de Porto e Campo Largo, oportunidade em que muitos alunos e mães de alunos indicaram seus supostos pais com o propósito de que fossem notificados a comparecer na data do evento. Ao todo, foram 221 processos abertos, dos quais 117 responderam à homologação de reconhecimento voluntário de paternidade, 51 coletas de material genético via DNA, expedição de segundas vias e outros serviços, totalizando 1.240 atendimentos.

26 AGO 2014

BEMPARANÁ

Caso Clemans tem audiência no Fórum

Hoje acontece a audiência de instrução e julgamento do caso da morte de Clemans Abujamra, às 13h30, na 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba. Serão ouvidas testemunhas e interrogados os réus presos (mãe e filho). A empresária Clemans Abujamra, brasileira e professora nos EUA, veio ao Brasil para adotar uma criança e, entre os dias 27 a 29 de abril de 2013, acabou sendo esfaqueada e morta por parentes. Seu corpo foi encontrado em um terreno baldio no Batel, e em princípio se imaginou que se tratasse de um latrocínio.

O caso foi desvendado pela Delegacia de Homicídios de Curitiba os acusados foram presos no dia 5 de fevereiro deste ano e permanecem presos até a presente data. Ainda não foi definido se o caso vai para o Tribunal do Júri.

Justiça determina que BNDES divulgue empréstimos dos últimos 10 anos

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terá de dar informações detalhadas, pelo site, de todos os empréstimos a entidades ou empresas públicas e privadas, referentes aos últimos dez anos e de hoje em diante. A determinação é da Justiça do Distrito Federal – que atendeu ao pedido do Ministério Público Federal. O Palácio do Planalto já está concentrado na missão de derrubar esta decisão judicial. “A decisão é importante porque abre a caixa preta do BNDES, que é de interesse de toda a sociedade,” ressaltou a procuradora da República Luciana Loureiro Oliveira. O pedido do MPF foi feito em dezembro de 2012, depois que o banco se recusou a responder aos questionamentos dos procuradores da República. Na época, o MPF investigava de que forma ocorria o apoio financeiro do BNDES em outras fusões/reorganizações societárias envolvendo grandes grupos econômicos.

Cargos comissionados

O Ministério Público do Paraná entrou com uma ação civil pública contra o prefeito de Rolândia (região Norte), João Ernesto Johnny Lehmann (PTB), e outros três servidores acusados improbidade administrativa. Na ação, o MP aponta uso inadequado da máquina pública, caracterizado pela nomeação de servidores para ocupar cargos comissionados que não tinham previsão legal. Segundo a promotoria, em novembro de 2009, a prefeitura publicou uma lei municipal criando uma modalidade de cargo em comissão, que passou a contar com nove vagas. Dois anos depois, em dezembro de 2011, foi promulgada outra lei, na qual houve a alteração da quantidade de vagas desse mesmo cargo, para quatro vagas. Apesar disso, segundo o MP, a administração municipal manteve nove servidores em comissão para um cargo com apenas quatro vagas previstas em lei.

26 AGO 2014

BEMPARANÁ

Banda proibida

O secretário-geral do PMDB em Curitiba, Doático Santos, foi proibido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) de promover propaganda eleitoral negativa da banda de música conhecida como "Manda Brasa". A banda se "apresentava" nos finais de semana na Boca Maldita, no Centro de Curitiba, com mensagens contra o senador Roberto Requião (PMDB), candidato ao governo. Dissidente do partido, Doático Santos já foi proibido de distribuir panfletos contra Requião. Em algumas ocasiões, os dissidentes levaram até um cavalo ao centro da cidade para fazer alusão ao procedimento administrativo do Ministério Público que apura o uso da estrutura da Polícia Militar para tratar 88 cavalos que seriam de Requião, quando ele era governador, entre 2003 e 2010. A banda contratada para criticar Requião foi proibida porque a Justiça considerou o evento promovido pelos dissidentes similar a um showmício, prática proibida nas eleições deste ano, de acordo com a legislação eleitoral.

Showmício

A assessoria jurídica de Requião (PMDB) também vai entrar com uma ação contra a coligação "Todos Pelo Paraná", do governador Beto Richa (PSDB), pelo uso da mesma banda na recepção do presidente Aécio Neves (PSDB). O grupo de Requião considera que a música "Amigos Para Sempre" tocada pela banda caracteriza showmício. "Foi lindo, maravilhoso, mas aquilo é showmício e eles vão ter que responder por isso", ironiza Luiz Fernando Delazari, assessor jurídico e ex-secretário de Segurança Pública do Paraná.

Casinha liberada

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) reconsiderou a decisão que proibia que o senador Álvaro Dias (PSDB), candidato à reeleição, usasse o símbolo de seu governo na campanha deste ano. O juiz relator voltou atrás em função de decisão semelhante que, ao contrário de Álvaro, havia permitido que o candidato ao governo, senador Roberto Requião (PMDB), usasse o símbolo de seu governo. O símbolo é uma marca de Dias desde quando ele foi governador do Paraná no final da década de 80. A decisão inicial, pela proibição, atendeu a ação da candidata do PT ao governo, Gleisi Hoffmann.

Pendurados

Dos 165 candidatos aptos que disputam os governos estaduais nas eleições deste ano, 63, ou 38% respondem a 327 processos na Justiça ou nos Tribunais de Contas. Levantamento inédito da Transparência Brasil mostra ainda que 46 deles (28%) já sofreram alguma condenação, quatro foram cassados e dois foram presos no exercício do mandato. A ONG pesquisou, em mais de 120 fontes, ocorrências na Justiça e nos tribunais de contas de todos os candidatos à Presidência, aos governos estaduais e ao Congresso.

26 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Presos fazem acordo para encerrar rebelião no PR

Reféns serão liberados
após transferências

Presos da Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), no oeste do Paraná, firmaram acordo na tarde desta segunda (25) para encerrar a rebelião iniciada no domingo (24).

Cerca de 150 detentos chegaram a ser transferidos para Foz do Iguaçu (PR).

Mas, como a operação foi interrompida à noite, por questão de segurança, os amotinados decidiram não libertar os dois reféns até que as transferências sejam retomadas, o que deve ocorrer na manhã desta terça (26).

Ao menos quatro detentos foram mortos, sendo dois deles decapitados. O governo não descarta mais vítimas, o que só será confirmado após vistoria do presídio.

Segundo a Polícia Militar, ao menos 600 detentos participaram do motim. A penitenciária tem capacidade para 1.116 presos e abrigava 1.038.

MONICA BERGAMO

ANDAR DE CIMA

A superlotação de unidades da Fundação Casa está sendo denunciada à Comissão de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) pelo Ministério Público.

ANDAR 2

Os documentos foram apresentados à corte na sexta-feira. "Uma condenação pode ajudar a pressionar o governo e a acelerar medidas", diz o promotor Pedro Elias, um dos autores da ação. Segundo o texto, "a situação, de séria gravidade, configura flagrante desrespeito aos direitos humanos dos adolescentes".

ANDAR 3

O governo diz que cumpre as determinações da Justiça em relação à capacidade e à ocupação e que investe na criação de novas unidades.